



O PAPEL DO PROFESSOR EM MOVIMENTO E A RELEVÂNCIA DAS INTERAÇÕES POTENTES NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Andreza de Souza Fernandes¹
Julia Carla Alves Novais Santos²
Cristiane Patrícia de Araújo³

RESUMO

Diante de um contexto social desordenado devido a pandemia do coronavírus o professor precisou se reinventar para manter o vínculo com as crianças e compartilhar propostas pedagógicas possíveis de serem realizadas em casa. Nessa perspectiva, observou-se a relação afetiva e pedagógica das crianças pequenas (4 a 5 anos e 11 meses) a partir das atividades remotas elaboradas pelas professoras de uma escola da Rede Pública do Município de São José dos Campos-SP. Observando os relatos e apontamentos das professoras compreende-se que o papel do educador precisa estar em movimento, acompanhando as mudanças políticas, conceituais, metodológicas, sociais e culturais, para que através das interações potentes possa assumir o lugar de mediador das aprendizagens significativas. Ora, mesmo em isolamento social, a parceria entre a escola e as famílias viabilizou a comunicação e as interações entre as professoras e as crianças, proporcionando a elas momentos brincantes de qualidade. Tais experiências cotidianas resgataram a cultura popular, garantiram os direitos de aprendizagem, ofereceram diferentes possibilidades de escuta e participação.

Palavras-chave: Educação Infantil, Atividades Remotas, Intencionalidade Pedagógica, Ferramentas digitais, Parceria escola-família.

¹ Graduada pelo Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF, prof.andreza.fernandes@escolasjc.sp.gov.br;

² Graduada pelo Curso de Pedagogia da Universidade Anhanguera Uniderp, julia-alves12@hotmail.com;

³ Orientadora: Pós-graduada em Psicopedagogia da Universidade do Vale do Paraíba – UNIVAP, cristianepatricia2013@hotmail.com.



INTRODUÇÃO

Primeiramente é importante fomentar uma reflexão sobre a concepção de criança que acredita-se ser o centro dessa pesquisa e de todos os desdobramentos em quem a prática pedagógica se inspirou. Uma criança que traz consigo a compreensão de mundo, suas descobertas e relações cotidianas a partir das interações com aquilo e aqueles que a cerca. Uma criança a quem deve ser assegurado os direitos de aprendizagem e que merece ser ouvida. Diante de tais apontamentos, crê-se que ela precisa ser considerada como centro do processo de aprendizagem conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil (DCNEI, Resolução CNE/CEB nº 5/2009) elucida em seu Artigo 4º

As propostas pedagógicas da Educação Infantil deverão considerar que a criança, centro do planejamento curricular, é sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura.

Como se sabe, as brincadeiras e as interações devem ser o norte para a construção do currículo da Educação Infantil. É preciso garantir vivências cotidianas brincantes em que a criança tenha contato com o meio, com as outras crianças e com o professor, que deverá planejar estas vivências a fim de garantir aprendizagens.

A brincadeira é a linguagem da criança. É através das situações brincantes que a criança interpreta o mundo e assume papéis, explora os espaços, cria narrativas, resolve conflitos, compartilha saberes com as outras crianças e adultos, constroem conhecimento e se desenvolvem.

De acordo com a Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2017, p. 35) em seu artigo 9º das Diretrizes Curriculares Nacionais aponta que “(...) os eixos estruturantes das práticas pedagógicas dessa etapa da Educação Básica são as interações e a brincadeira, experiências nas quais as crianças podem construir e apropriar-se de conhecimentos por meio de suas ações e interações (...)”.

Assim, cabe ao professor promover situações de aprendizagem que considerem os saberes das crianças e façam com que estes saberes sejam ampliados, através de vivências significativas e contextualizadas com a cultura que as crianças estão inseridas, promovendo trocas de informações, momentos lúdicos de aprendizagens e fazendo com que a criança construa seu próprio conhecimento através de provocações e interações que as estimule na busca por diferentes informações e soluções.



As interações também são consideradas como um dos eixos norteadores da Educação Infantil, pois, entende-se que a criança se desenvolve e aprende através da sua relação com si mesma, com o meio, com os adultos e demais crianças que convive no dia a dia escolar.

Quando interage com o meio, a criança entra em contato com uma série de histórias, ideologias, culturas e seus significados. Nesse movimento de interação e de atribuição de sentidos, ela internaliza conceitos e preconceitos que constituem a sua consciência. O desenvolvimento acontece no contexto social e se expressa nas interações vivenciadas com outras crianças e com adultos, quando a experiência vai se tornando individual [...]. As interações são a vivência das práticas sociais, a arena onde as crianças internalizam os signos sociais: regras, normas, valores, formas e condições de ser e estar no mundo. Nas interações elas aprendem as formas de ser e estar na escola, com todas as singularidades que permeiam essas instituições. Tais signos e a maneira como eles são valorados socialmente e pelo grupo familiar da criança mostram-se fundamentais no processo de desenvolvimento. (KRAMER, 2009, p. 151)

Acredita-se que nas interações e relações com os espaços, materiais, com o outro e com o meio, é possível se apropriar de saberes muito maiores do que aqueles transmitidos em momentos escolarizados em que o professor acredita ser o detentor do conhecimento. O saber não reside nos objetos ou nas pessoas, mas sim na relação delas com estes objetos.

O professor deve planejar situações que garantam que as crianças tragam seus saberes, compartilhem com os demais da sala e agreguem os saberes dos colegas e professor à sua vida, garantindo assim as aprendizagens.

METODOLOGIA

O presente artigo fará uma análise reflexiva sobre a prática pedagógica de 8 professoras da Rede Municipal de Ensino de São José dos Campos-SP, em constante pesquisa e reflexão com a orientadora de Escola Infantil, responsáveis pelo planejamento compartilhado com cerca de 240 famílias. Diante dos desafios do momento pandêmico, utilizam as ferramentas disponíveis e se reinventaram para alcançarem as crianças mesmo em período de distanciamento social.

Simultaneamente, acompanhou-se: as interações entre as professoras e as famílias envolvidas, às terças e quintas-feiras; as vídeochamadas on-line pelo Google Meet entre as professoras, nas quais socializavam as devolutivas das famílias e planejavam coletivamente as propostas pedagógicas; as formações com a orientadora da



escola norteando o trabalho da equipe; a busca ativa que as professoras realizaram no intuito de garantir que todos tivessem acesso ao conteúdo compartilhado; os registros das professoras durante o planejamento coletivo, análise das devolutivas, pesquisas e tomadas de decisões; os relatórios individuais das crianças, evidenciando suas conquistas nesse período.

As ferramentas digitais serviram como instrumento facilitador da difusão dos materiais propostos pelas professoras, as quais, considerando as infâncias, enviavam propostas brincantes que promovessem experiências significativas entre as crianças. Dessa forma, pode-se dizer que as brincadeiras são potencializadoras das descobertas, das pesquisas, da imitação do que já era conhecido, para experimentar novas possibilidades e interações (DCNEI, 2009).

O OLHAR SOBRE A CRIANÇA: OS DESAFIOS E CONQUISTAS

1. A EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL

As desigualdades sociais eram grandes entre as crianças mais pobres e as mais abastadas, visto que, as crianças carentes frequentavam a escola no intuito de garantir necessidades básicas, como alimentação, higiene e descanso, enquanto as crianças de famílias enriquecidas, iam à escola para ter acesso à conteúdos pedagógicos preparatórios para o ensino regular.

Com o ganho da importância das instituições de Educação Infantil, seja para o atendimento de famílias carentes, seja para aquelas com maior poder aquisitivo, deu-se início a um processo de regulamentação desta modalidade de ensino na legislação brasileira.

Até a década de 1980, as instituições que atendiam as crianças pequenas ainda apresentavam concepções diferentes sobre a infância. Pouco a pouco, teóricos, pesquisadores, entidades não governamentais e a própria população iniciaram um movimento de sensibilização quanto ao direito da criança ao acesso à educação de qualidade desde o seu nascimento. Foi a partir da elaboração da Constituição de 1988, que as crianças de 0 a 6 anos foram declaradas como sujeitos de direitos.

O artigo 208, inciso IV da Constituição Federal de 1988, que regulamenta a educação como direito da criança diz: “[...] O dever do Estado para com a educação será efetivado mediante a garantia de oferta de creches e pré-escolas às crianças de zero a



seis anos de idade” (BRASIL, 1988). Com esta lei, as instituições que anteriormente tinham caráter assistencialista, passaram a ter um caráter pedagógico, seguindo princípios e orientações para um trabalho educativo.

Dois anos após a aprovação da Constituição, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) foi aprovado através da lei 8.609/90, assegurando os direitos de “[...] desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade” (BRASIL, 1994a).

Tais documentos, deram subsídios para que mais uma importante lei fosse homologada. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Básica 9394/96 definiu que “A Educação Infantil é a primeira etapa da educação básica. É a única que está vinculada a uma idade própria: atende crianças de zero a três anos na creche e de quatro e cinco anos na pré-escola. Tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.” (LDB, art.29).

2. DOCUMENTOS NORTEADORES DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Assim que a Educação Infantil foi regulamentada e assegurada como um direito da criança e como a primeira etapa da educação básica, o Ministério da Educação e Cidadania (MEC) publicou em 1998 dois documentos: “Subsídios para o credenciamento e o funcionamento das instituições de Educação Infantil” e o “Referencial Curricular Nacional da Educação Infantil” (RCNEI) com o intuito de regulamentar práticas educativas de qualidade nas instituições de Educação Infantil. O Referencial Curricular buscou apresentar os objetivos, concepções e reflexões didáticas a respeito das práticas pedagógicas realizadas com as crianças, pontuando as brincadeiras e situações de orientação pedagógica.

Educar significa, portanto, propiciar situações de cuidados, brincadeiras e aprendizagens orientadas de forma integrada e que possam contribuir para o desenvolvimento das capacidades infantis de relação interpessoal, de ser e estar com os outros, em uma atitude de aceitação, respeito e confiança, e o acesso pelas crianças, aos conhecimentos mais amplos da realidade social e cultural (BRASIL, 1998a, p. 23).

Entre 1998 e 1999, o Conselho Nacional de Educação publicou as “Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil”, como documento obrigatório para nortear



as práticas pedagógicas nas instituições de Educação Infantil, contribuindo para as formações e reflexões das equipes docentes.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil articulam-se às Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica e reúnem princípios, fundamentos e procedimentos definidos pela Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, para orientar as políticas públicas e a elaboração, planejamento, execução e avaliação de propostas pedagógicas e curriculares de Educação Infantil. (BRASIL, 1998, P.11)

Este documento ressaltou que é dever do Estado a oferta desta modalidade de ensino de forma gratuita e de qualidade. Define a criança como:

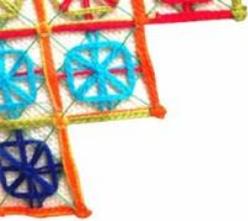
Sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura. (BRASIL, 2010, P.12).

Ou seja, coloca a criança no centro da ação educativa, como um ser pensante cheio de conhecimentos e experiências cotidianas que precisam ser consideradas nos planejamentos e currículos institucionais. Estes currículos tem como eixos norteadores as interações e as brincadeiras, de forma a assegurar experiências que ampliem seus saberes linguísticos e considerem as diferentes linguagens como forma de expressão, analisando diferentes gêneros textuais, interagindo e apreciando as múltiplas linguagens, as possibilidades de elaboração de momentos de autonomia e autocuidado, a curiosidade, as observações, investigações e pesquisas sobre diferentes temas, seus saberes em relação as manifestações culturais, promovam a interação e preservação do meio ambiente.

3. O PAPEL DAS PROFESSORAS EM MOVIMENTO

Nesse tópico, acredita-se ser relevante compartilhar um breve relato pessoal realizado por uma das professoras com o intuito de revelar o percurso trilhado por ela ao sentir-se inquietada pelos desafios emergentes, afim de ilustrar esse movimento pedagógico realizado pelas educadoras nesse período de atividades remotas.

Em meados de março de 2020 os governantes decretaram a suspensão das aulas. Distanciados do ofício e do chão da escola nos deparamos com desafios e problemáticas que nos fizeram repensar e reinventar o nosso olhar. Já não bastavam os papéis, aquele porto seguro que nos permitia dominar as técnicas e ferramentas disponíveis. Imergimos num universo de intensas pesquisas! A tecnologia, nossa aliada



que ainda aparecia timidamente no espaço escolar, assumiu o palco dessa fase de atividades remotas.

Recebemos a orientação de que iniciaríamos uma dinâmica de interações com as crianças de forma virtual. Começamos a nos questionar qual seria a forma mais Afetiva e Efetiva para alcançar as nossas crianças. Como poderíamos proceder para nos comunicar com as famílias, propor situações brincantes significativas para as crianças em contextos diferentes, com recursos limitados, sem a intervenção presencial dos professores?

De forma ainda tímida e talvez despretensiosa iniciamos um grupo no WhatsApp, e por ali começamos a trocar mensagens com as crianças e acolher as narrativas que evidenciavam suas expectativas, angústias, saudades e curiosidades. Afinal, mesmo sem irem à escola, elas precisavam ser alcançadas com respeito, carinho e empatia.

Recorremos insistentemente aos documentos que poderiam embasar e nortear a nossa prática. Ao mesmo tempo que nos nutríamos através de muito estudo, construíamos uma parceria através das prosas entre as turmas a que pertencemos. Mesmo sem um encontro presencial, partilhamos as estratégias que deram certo, as diferentes formas de registrar, planejar, documentar e compartilhar os conteúdos com as famílias. Essa troca fortaleceu o vínculo e nos permitiu colher frutos mais saborosos, degustados a cada devolutiva das crianças.

As devolutivas que recebíamos através de áudio, fotos e vídeos, nos permitiam compreender como a dinâmica das famílias estavam acontecendo. Muitas estavam com o cotidiano corrido, um tanto desmotivadas a acessar as propostas e, às vezes, com outras interações.

Iniciaram assim, o período de aulas remotas, onde as professoras planejavam propostas para as crianças, respeitando as singularidades de cada família e a disponibilidade de materiais que teriam em suas casas, além de se atentar aos objetivos de aprendizagem de cada nível e os direitos de aprendizagem previstos pela BNCC.

Também realizamos encontros semanais ao vivo, este momento era prazeroso, inspirava e instigava as crianças a participar dos encontros. No entanto, a sensação que ficava é que uma parcela das crianças não participava deste momento devido a dinâmica familiar e, assim, não reviam os professores, não se sentiam acolhidos e convidados a realizarem as propostas.



Começamos a trocar informações neste caminhar de aulas não presenciais, levantamos pontos positivos de cada tipo de interação e buscamos estratégias para manter os vínculos com as crianças. A cada semana o desafio de engajar as famílias e fortificar a parceria era nosso foco, pois com a parceria estabelecida as aulas remotas tornavam-se cada vez mais eficazes.

Os vídeos foram recursos muito utilizados por nós professoras nas diferentes unidades, mas com o mesmo objetivo: provocar as crianças para a realização das propostas que enviávamos semanalmente. Em duplas, trios ou mesmo individualmente, elaborávamos nossos vídeos pelo aplicativo a fim de enviar um material de qualidade para as crianças, para que assim, elas não perdessem o vínculo criado nas aulas presenciais e com a motivação da professora, realizar as propostas.

O Google Meet potencializou os encontros online, possibilitando um contato virtual em tempo real entre nós professoras e as crianças. Fizemos algumas reuniões com pequenos grupos de crianças rever as crianças, criar e manter o vínculo, além de realizar rodas de conversas online.

No YouTube assistimos as capacitações do LEDI e também quando as nossas produções de vídeos excediam a capacidade de envio no WhatsApp, fazíamos uploads destes no YouTube, restringíamos o acesso, assim apenas tinham o acesso ao vídeo quem recebesse o link. Desta forma, as imagens das crianças e profissionais estavam seguras.

Logo sentimos necessidade de enviar devolutivas as famílias daquilo que o nosso olhar enquanto professoras captava a partir dessa coleta de dados. Tivemos a iniciativa de enviar semanalmente um Jornal de Aprendizagens da Semana, os quais foram feitos pelo Microsoft Word, em uma estrutura fixa destacando as “manchetes”, que contavam um pequeno relato de cada uma das propostas e qual foi a intencionalidade pedagógica por trás das brincadeiras e experiências propostas no portal do LEDI. Aproveitávamos as mesmas fotos que os pais enviavam para ilustrar as matérias dos jornais.

Todos estes diferentes meios de comunicação, interação e ferramentas digitais foram muito bem recebidos pelas famílias, uma vez que observamos que depois de mudarmos a nossa forma de interagir, as devolutivas e as realizações das propostas por parte das famílias aumentaram. Tivemos que criar diferentes estratégias e utilizar a



tecnologia ao nosso favor para potencializar este período de aulas remotas. Foi, com certeza, um momento de aprendizagens compartilhadas e de muito apoio.

4. INTERAÇÕES EM TEMPOS DE PANDEMIA

Como citado anteriormente, as interações são essenciais no dia a dia da Educação Infantil, onde crianças e professores criam laços e trocam saberes acerca do mundo ao seu redor. Os desafios apresentados ao professor diante de um contexto retratado pela pandemia, impôs mudanças emergenciais na forma de interagir com as crianças. Impossibilitados de frequentar as escolas e organizar encontros presenciais, foi preciso adotar medidas que amenizassem esse distanciamento social.

Coube ao professor se reinventar, encontrar alianças e mecanismos que possibilitassem interações virtuais com as crianças. Na presença desse cenário desafiador, outras formas de aprender surgiram. Formações virtuais e discussões reflexivas foram ofertadas através de *lives* no Instagram, canais do YouTube e Facebook. Pesquisadores e profissionais da educação compartilharam suas impressões e expectativas sobre o trabalho pedagógico, sugerindo formas de enfrentamento e equilíbrio emocional. A procura por cursos de Ensino à Distância (EaD) aumentou no período de pandemia, não somente pela facilidade de acesso uma vez que a população enfrentava restrições de deslocamento, mas também pela insistente procura dos profissionais em busca de conhecimento para lidar com as questões emergentes. De acordo com Paulo Freire

Não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino. Fala-se hoje, com insistência, no professor pesquisador. No meu entender o que há de pesquisador no professor não é uma qualidade ou uma forma de ser ou de atuar que se acrescente à de ensinar. Faz parte da natureza da prática docente a indagação, a busca, a pesquisa. O de que se precisa é que, em sua formação permanente, o professor se perceba e se assuma, porque professor, como pesquisador. (FREIRE, 1996, p. 29)

O professor precisa buscar subsídios para apoiar o seu trabalho, como um pesquisador incansável, a procura de estratégias e instrumentos que lhe dê condições de desempenhar seu papel, lembrando-se sempre que ensinar exige pesquisa, estudo e dedicação.

A oferta do material pedagógico proporcionou às famílias um encontro com a escola mesmo à distância. Uma das ferramentas facilitadoras permitiu disponibilizar os



conteúdos educativos de forma digital através do Portal do Ledi⁴, um Laboratório de Educação Digital de São José dos Campos que atende as demandas dos professores da Rede Municipal de Ensino e a Rede Parceira. No Portal⁵ todas as propostas pedagógicas elaboradas pelos professores para esse período, foram disponibilizadas semanalmente, convidando as famílias a acessar e realizar as experiências em casa. Efetivando uma busca ativa para descobrir quais as dificuldades as famílias enfrentavam nesse momento, foram reveladas as barreiras que impossibilitavam o acesso e a realização das propostas. Diante de tais informações foi possível identificar os obstáculos e também planejar estratégias para transpor os limites.

O desejo era que todos tivessem acesso aos conteúdos através da internet evitando a exposição das pessoas ao saírem de casa. No intuito de alcançar a todas as crianças de forma igualitária, oferecemos kits impressos com as propostas pedagógicas para aqueles que precisavam acessar os conteúdos de outra forma. Além disso, foi oferecido kits de materiais escolares e jogos matemáticos para que as crianças pudessem realizar o que era proposto pelos professores, tendo condições e apoio para tal. Acredita-se que essa determinação em alcançar a todos respeitando a singularidade de cada um, garantiu uma uniformidade no acesso “promovendo a igualdade de oportunidades educacionais entre as crianças de diferentes classes sociais no que se refere ao acesso a bens culturais e às possibilidades de vivência da infância” (DCNEI, 2010 p. 17).

Dessa forma, as ferramentas digitais potencializaram as mediações do professor e a participação das famílias. Através do grupo do WhatsApp todos os agentes envolvidos interagiam diariamente recebendo: alertas para acessar o conteúdo digital no Portal do Ledi; propostas enviadas pelas professoras regente, de literatura e de música; notificações e avisos da Equipe Gestora a respeito da campanha de vacinação contra o sarampo, da reunião de pais online e da importância da participação dos responsáveis; anúncio da Secretaria de Educação e Cidadania a respeito da divulgação do Programa Aula em Casa nos canais de TV, YouTube, site da prefeitura e no Portal do Ledi.

Simultaneamente ao que era divulgado pela escola, as famílias compartilhavam as devolutivas do que era realizado em casa, dando voz e vez as crianças para relatar o que mais gostaram de fazer, o que deu e não deu certo, o que gostaria de repetir e quais

⁴ Laboratório de Educação Digital Profº Eduardo Augusto Fernandes (Ledi)

⁵ Link do Portal do Ledi: <https://escolainterativasjc.blogspot.com/p/link-escolas-infantis.html>



foram as propostas mais bem-sucedidas. Por isso acredita-se que a parceria das famílias nesse processo foi fundamental para alcançar êxito em tudo que foi realizado à distância, uma vez que

Os pais devem tomar consciência de que a escola não é uma entidade estranha, desconhecida e que sua participação ativa nesta é a garantia da boa qualidade da educação escolar. As crianças são filhos e estudantes ao mesmo tempo. Assim, as duas mais importantes instituições da sociedade contemporânea, a família e a escola, devem unir esforços em busca de objetivos comuns (REIS, 2007, p.06)

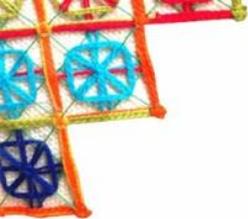
Através do contato com as famílias por meio dos grupos de whatsapp montados pelos professores e pelos materiais impressos disponibilizados aqueles que não haviam acesso à internet, foi possível receber e enviar mensagens às crianças a fim de manter o vínculo criado no período de aulas presenciais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sabendo da importância do vínculo entre professor e criança, a situação mundial atual em que a pandemia do novo coronavírus se instalou em nossa sociedade, impossibilitou um contato presencial das crianças na educação infantil, tornando-se necessário criar novas estratégias para garantir às crianças que os vínculos estabelecidos nos encontros presenciais não fossem afetados devido a distância. Assim, as professoras construíram uma rede de parcerias que possibilitaram a continuidade do processo educativo, para que o mesmo não fosse interrompido.

Mesmo diante de tais dificuldades, as professoras buscaram estratégias, ferramentas e meios para alcançar todas as crianças e garantir a participação delas neste período de aulas remotas a fim de assegurar que os vínculos e interações não fossem perdidos devido aos desafios impostos pelo momento atual que o mundo está passando.

O papel do professor na atualidade exige esse movimento, essa abertura para o novo, uma possibilidade diária de reinventar-se e oferecer a sua melhor versão às crianças. Que o seu ofício seja acolhe-las em sua inteireza e respeita-las em sua singularidade, transformando-a e transformando-se a cada dia.



REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. CNE/CEB. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Brasília, 1999. Disponível em: http://www.seduc.ro.gov.br/portal/legislacao/RESCNE005_2009.pdf Acesso em: 03 ago. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Revisão das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil – Parecer 20/2009**. Brasília: MEC, 2009. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=2097-pceb020-09&category_slug=dezembro-2009-pdf&Itemid=30192 Acesso em: 17 ago. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf Acesso em: 23 jul. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Brasília, 1998. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/rcnei_vol1.pdf Acesso em: 30 jul. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Estatuto da Criança e do Adolescente** e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990. DF, 16 jul. 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm#art266. Acesso em: 16 set. 2020.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, LDB. 9394/1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm Acesso em: 16 ago. 2020.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

KRAMER, S. et. al. **Infância e Educação Infantil: concepções e ações**. PUC/Rio: Projeto de Pesquisa, 2009 (Mimeo).

REIS, R. P. Relação família e escola: uma parceria que dá certo. In: **Mundo Jovem: um jornal de ideias**. p. 06. Ano XLV – n° 373 – fev. 2007.